

## **ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NO CONTEXTO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL COM MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL.**

## **THE ACTION OF PSYCHOLOGIST ON THE CONTEXT OF SOCIAL ASSISTANCE WITH WOMEN IN SITUATION OF CONJUGAL VIOLENCE.**

Amanda Costa Strapazzon

*Acadêmica do 10º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG*

Ana Claudia Beledelli

*Acadêmica do 10º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG*

Emanuelle Philippsen Barbosa

*Acadêmica do 10º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG*

Maria Carolina Nogueira Rosa da Conceição

*Acadêmica do 10º semestre do curso de Psicologia do Centro Universitário de Várzea Grande – UNIVAG*

Carine Muller Paes de Barros

*Orientadora e Professora do curso de Psicologia do UNIVAG*

### **Resumo:**

Introdução: Este artigo busca compreender a atuação do psicólogo no contexto da assistência social às mulheres em situação de violência conjugal, entendendo a essencialidade do profissional da área de psicologia durante este processo de prevenção, promoção e acolhimento no âmbito das redes de atenção, considerando também os fatores que atravessam essa violência, como as questões de gênero, machismo, raça e a construção social das mulheres. Objetivos: Os objetivos gerais do trabalho são analisar através da literatura científica o papel do psicólogo na promoção de saúde com mulheres que estiveram em situação de violência conjugal no Brasil. Metodologia: Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, de cunho exploratório-descritivo, que foi realizada no período de Março de 2023 a Novembro de 2023, e consistiu na pesquisa de literatura científica. Resultados: Objetivou-se abranger os aspectos que dificultam com que esta atuação seja elaborada de forma efetiva, como a transgeracionalidade que se reproduz por adultos, os quais durante a infância vivenciaram essa violência em seus lares; a falta de organização no fluxo entre os serviços

especializados e não especializados, ocasionando a fragilização das mulheres e ao término não resolutivo; a deficiência na capacitação dos profissionais no campo da saúde e dos específicos voltados ao poder judiciário; e quais os princípios que auxiliam na manutenção do ciclo da violência. Conclusão: Conclui-se que foi possível ter uma dimensão de como a violência afeta nas demais áreas da vida das mulheres, mas existe a necessidade de produzir mais trabalhos que tenham como foco este tema, já que este demanda uma urgência e com poucos estudos a respeito.

**Palavras Chaves:** Violência Conjugal, Políticas Públicas, Atuação do Psicólogo, Assistência Social, Mulher.

---

#### **Abstract:**

Introduction: this article seeks to comprehend the practice of the psychologist in the context of social assistance with women in situation of conjugal violence, understanding the essentiality of the psychology professional during this process of prevention, promotion and reception on the scope of attention networks, also considering the factors that cross this violence, as gender, sexism, race and the stigma of the construction of the women. Objectives: the general objectives are to analyze through the scientific literature the role of the psychologist on the promotion of health with women who have been in situations of conjugal violence in Brazil. Methodology: this qualitative bibliographic research, of exploratory-descriptive, which was held in the period of March of 2023 to November of 2023, and consisted on the research of scientific literature. Results: the aim of the aspects that complicate the performance of the psychologist to be more effective, such as the transgenerationality that is reproduced by adults, which during childhood experience this violence in their homes, the lack of organization on the flow between specialized and non specialized services resulting on the weakening of the woman and the end not decisive, the deficiency of qualification on the professionals of health field and the specifics related by the judicial system and which principles assist the maintenance of the cycle of violence. Conclusion: We concluded that it was possible to have a dimension of how the violence affects the areas surrounding these womens, but exists the necessity to produce more articles that have the focus on this theme, since this demand has an urge and a few studies regarding.

**Keywords:** Conjugal Violence, Public Policies, Action of Psychologist, Social Assistance, Woman.

---

## **Introdução**

Esta pesquisa aborda o papel do psicólogo na assistência social perante o sofrimento das mulheres na prevenção, acolhimento e amparo de violência conjugal, além de refletir como pode afetar as áreas de sua vida. Trazendo a discussão sobre como o ciclo da violência durante os relacionamentos vivenciados por essas mulheres em toda a sua vida ultrapassa as gerações, assim como a estigmatização, sendo este um termo que referencia a um atributo profundamente depreciativo direcionado a um indivíduo, acreditando-se que aquela pessoa não é humana (Goffman, 1988), podendo-se aplicar a esse atributo marcado nas mulheres perante a sociedade, na qual gênero, raça e machismo se aplicam a mesma, onde a atuação com mulheres na proteção básica e especial existe uma demanda e atenção aprofundada, pois segundo a (Organização Pan-Americana da Saúde, 2005) cerca de 1 em cada 3 mulheres nas Américas de 15 a 49 anos já sofreram algum tipo de violência física ou sexual, onde analisado que por um parceiro íntimo é a forma mais comum de se ocorrer, na qual 38% dos assassinatos de mulheres são cometidos pelo sexo masculino.

Os impactos psíquicos sofridos pelas mulheres em decorrência das faces da violência é um assunto relevante, e pertinente dentro dos lares brasileiros na contemporaneidade. Conceitualmente, “violência é o uso desejado da agressividade, com fins destrutivos” (Bock, 1988, p. 439). As formas de violência são descritas em cinco manifestações, de acordo com o artigo 7 da lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006, são elas: física; psicológica (ameaça, constrangimento, humilhação, vigilância etc.); sexual; patrimonial (subtração, retenção, destruição de patrimônio) e moral (calúnia, injúria ou difamação).

A violência de gênero pode ser caracterizada, segundo Bandeira (2014, p. 451), como “as ações violentas são produzidas em contextos e espaços relacionais e, portanto, interpessoais, que têm cenários sociais e históricos não uniformes”. Desse modo, é possível tecer uma análise importante, já que o gênero é caracterizado por uma construção social, na qual as mulheres historicamente são vistas pelo olhar do homem como o gênero que carrega apenas fragilidade, sensibilidade e sentimentalismo, acarretando em uma discussão social quando o movimento feminista surgiu, tentando quebrar esse ciclo que vivido durante muito

tempo e que até hoje deve ser discutido para que as gerações futuras não precisem passar pelo mesmo sofrimento que centenas de mulheres vivenciam.

A partir da discussão a respeito da estigmatização da sociedade perante as mulheres em situação de violência conjugal, trazendo análises a respeito da violência de gênero, raça, machismo e construção social das mulheres. Vê-se a necessidade de abordar no contexto da assistência social, a fim de informar estas mulheres a respeito da garantia de seus direitos e onde recorrer quando estiver em uma situação de violência. Esta pesquisa busca aprofundar e analisar a importância da atuação do psicólogo no contexto da assistência social no atendimento a mulheres em situação de violência, contextualizando como deve ser feita essa atividade no meio de prevenção, conscientização e ressignificação desses casos que podem ir da proteção básica à especial. Nesse sentido, é levantado como problema de pesquisa: a atuação do psicólogo no contexto da assistência social com mulheres em situação de violência conjugal.

Os objetivos gerais do trabalho são analisar através da literatura científica o papel do psicólogo na promoção de saúde com mulheres que estiveram em situação de violência conjugal no Brasil e os objetivos específicos são: compreender e dissertar a respeito da violência através das gerações, a estigmatização da sociedade em relação às mulheres em situação da violência conjugal e dissertar sobre a importância da atuação do psicólogo da assistência social, inserido em uma equipe multi e interdisciplinar com intuito de se pensar a respeito da prevenção e superação das violências.

### **Gênero, Machismo, Raça e Construção Social das Mulheres**

A violência contra as mulheres é um fenômeno múltiplo e complexo que tem destacado importantes discussões teórico-filosóficas e questionamentos ético-políticos, onde pesquisadores refletem sobre a violência em si ser considerada um fenômeno sociocultural, onde a complexidade dinâmica surge na vida em sociedade. Desta forma, a noção de violência não faz parte da natureza humana por não possuir raízes biológicas, para Moreira (2011) a violência contra as mulheres se define:

Na medida em que envolve qualquer ação ou conduta baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico às mulheres, tanto no âmbito público como no privado. Tal definição inclui as modalidades de violência física, sexual e psicológica, que podem ocorrer no domínio público ou no âmbito privado (p.399).

Por isso, compreensão desta leva à análise histórica, sociológica e antropológica, considerando as interfaces das questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais (Minayo, 1994), mas há também visões do ato violento como algo ligado ao poder, Chauí (1985) argumenta que acredita na violência não como violação e transgressão, mas como a conversão de uma diferença hierárquica com fins de dominação e opressão, que ocorrem juntamente com passividade e o silêncio dos sujeito.

Partindo da discussão sobre o tema da violência no Brasil, pode-se destacar como o contexto do passado colonial do país influenciou na não estranheza da sociedade perante práticas violentas que vemos na atualidade, em destaque para as direcionadas às mulheres, já que a violência do sistema escravocrata não era um fator que causava estranheza, seja quando vitimiza os escravizados, seja quando era o “costume” para dirimir conflitos entre os homens pobres livres (Franco, 1978). Percebe-se a existência de uma certa violência fundadora relacionada a uma cultura tradicional herdada, que se baseia no passado escravocrata da sociedade, que traz consigo valores racistas, sexistas, culturais, religiosos e de classe, na atualidade, vemos que essa herança se renova de diversas formas na rotina do sujeito, se movendo desde os ambientes de trabalho, as escolas e casas, passando pelos gêneros, raças e classes sociais. Assim, é possível concordar com Hayek (2009) que destaca que atualmente a violência não possui um local específico, podendo estar presente tanto nos bairros mais sofisticados quanto nas favelas, ela abrange o centro e a periferia, perpassando pelas diversas classes sociais.

A partir dessa conversa, devemos nos atentar para a crítica relacionada ao mito da não-violência da sociedade brasileira, segundo Chauí (2011):

Há, no Brasil, um mito poderoso, o da não-violência brasileira, isto é, a imagem de um povo generoso, alegre, sensual, solidário, que desconhece o racismo, o sexismo, o machismo, que respeita às dificuldades étnicas, religiosas e políticas, não discrimina as pessoas por suas escolhas sexuais, etc (p.381).

Destaca-se que, o processo ideológico desse mito faz com que a violência que integra e organiza as relações sociais brasileiras não seja percebida, e por conta disso, é naturalizada, o que conserva esse mito e oculta a violência, gerando menos discussões e prevenções sobre esse tema e por consequência, construindo estigmas nas pessoas que sofrem com essa violência, causando efeitos intrínsecos na subjetividade. De acordo com Chauí (2011):

Mais do que isso, a sociedade não percebe que as próprias explicações oferecidas são violentas, porque está cega ao lugar efetivo de produção da violência, isto é, a estrutura da sociedade brasileira. Dessa maneira, as desigualdades econômicas, sociais e culturais, as exclusões econômicas, políticas e sociais, a corrupção como forma de funcionalismo das instituições, o racismo, o sexismo, a intolerância religiosa, sexual e política não são consideradas formas de violência, isto é, a

sociedade brasileira não é percebida como estruturalmente violenta, e a violência aparece como um fato esporádico de superfície (p.383).

Em concordância com a fala de Chauí, pôde-se trazer para a discussão o viés da sociedade machista e a construção social feita acerca das mulheres, uma vez que muitos aspectos históricos apontam a construção das identidades sociais definidas para as mesmas e reconhecem que este lugar foi alicerçado, edificado e envolto pelo sistema de dominação patriarcal, ao qual colocou as mulheres em uma posição de subordinação e dependência (Saffioti, 2015). Essa construção social, baseada em ideais machistas, as subjuga com o papel de fragilidade e passividade, silenciando - as e normalizando a violência, sendo esse um discurso que é reproduzido tanto por homens quanto por mulheres, e leva à não-discussão e não-enfrentamento pela sociedade como uma questão de direitos humanos e saúde pública.

Essa ideologia de dominação masculina trata o sujeito dominado como objeto e não como pessoa, com isso o ser dominado perde a sua autonomia, o que traz para a discussão uma hipótese trazida por Chauí (1985), onde as mulheres, tendo sido convertidas heteronomamente em sujeitos, farão de sua "subjetividade" um instrumento de violência sobre outras mulheres". A autora afirma que as mulheres são "cúmplices" da violência que recebem e que praticam, mas que sua cumplicidade não se estrutura em uma escolha ou vontade, já que a subjetividade feminina é destituída de autonomia, nas palavras de Chauí (1985), as mulheres tornam-se colaboradoras da violência e contribuem para a reprodução de sua "dependência" porque são "instrumentos" da dominação masculina.

Segundo Saffioti (1987) a violência contra as mulheres resulta da socialização machista. "Dada sua formação de macho, o homem julga-se no direito de espancar suas mulheres. Esta educada que foi para submeter-se aos desejos masculinos, toma este "destino" como "natural" " (p.79). Ao contrário de Chauí, Saffioti (2004) rejeita a ideia de que as mulheres sejam "cúmplices" da violência, concebendo-as como "vítimas", a autora as define como "sujeito" dentro de uma relação desigual de poder com os homens. Para ela, as mulheres se submetem à violência não porque "consintam", mas sim pelo motivo de que elas são forçadas a "ceder" pois não têm poder suficiente para consentir, já que na ideologia machista ao qual esse sistema se constitui, as mulher devem ceder e o homem dominar.

Neste campo de discussões de gênero, nota-se a iminência de conversas sobre a reestruturação desse tema que não engloba só o sexo, mas também classe e raça, Saffioti (2009) ressalta a importância de visibilizar as relações entre sexismo e racismo, afirmando que eles são irmãos gêmeos, constituindo um enovelado de complexidades. Visto que a luta

contra a violência de gênero deve levar em consideração a complexidade das vulnerabilidades que as mulheres estão expostas, pois as desigualdades de gênero, raça e classe se entrecruzam e se potencializam (Crenshaw, 2002), sendo as questões relacionadas às discriminações de gênero de mulheres negras devem ser vistas numa perspectiva interseccional, visto que, como já citado anteriormente, o Brasil tem sua herança escravocrata, colonial e racista, que influencia na cultura, ideais e construções subjetivas da atualidade, tema esse que enfrentando um problema de negação, tanto por parte do mito da não-violência quanto pelo mito da democracia racial. Complementando essa ideia, López (2009) aborda os efeitos do racismo no corpo das mulheres negras brasileiras, pois a mestiçagem da nação se construiu com a “violência sexual do homem branco colonizador sobre as mulheres africanas e indígenas” [...] “o corpo da mulher negra se torna objeto de múltiplas opressões e o centro das disputas políticas” (p.317).

Diante de todas estas perspectivas culturais, sociais e históricas, ressalta-se o silêncio e a dificuldade dessas mulheres de falar sobre suas experiências, Moreira (2011) lança a hipótese de que um possível motivo que impede as mulheres de denunciar a violência seria o estigma, segundo os estudos de Goffman (1988):

A noção de estigma é compreendida como um atributo que implica desvalorização, inferioridade e situa a pessoa em uma posição de desvantagem. a vergonha se torna uma possibilidade central, que surge quando o indivíduo percebe que um dos seus próprios atributos é impuro e pode imaginar-se como um portador dele (p.17).

O autor alerta que os indivíduos estigmatizados enfrentam, mais cedo ou mais tarde, grande dificuldade no encobrimento do estigma, fazendo grande esforço para mantê-lo oculto, principalmente porque não lhes convém divulgá-lo a estranhos, pagando alto preço psicológico por viverem em estado de ansiedade e de tensão para manter uma imagem que pode ser desmascarada a qualquer momento. Vemos aqui, o sofrimento que o estigma, o atributo depreciativo, a marca de inferiorização gerada nas mulheres que sofreram uma violência.

Moreira (2011), nos resultados de sua pesquisa feita com mulheres que sofreram violência (nestes casos, o agressor era um parceiro íntimo), destaca como a experiência de estigmatização aos seus próprios olhos e ao dos outros, traz consigo o sofrimento e vergonha de serem reconhecidas e subjugadas por seus familiares e vizinhos como detentoras de apenas um descritor: as mulheres que sofreram uma violência. Visto que isto se apresenta nas mais variadas formas e que são perpetradas, é evidente a sua disseminação pela sociedade ao longo

dos anos, o que destaca a necessidade do desenvolvimento e expansão de políticas públicas que trabalhem na prevenção, proteção e promoção de saúde nesses casos.

### **Atuação do Psicólogo na Assistência Social e Atuação com Mulheres na Proteção Social Básica e Especial**

Conforme cita a Secretaria Nacional de Assistência Social (2014), a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais tenciona o trabalho social voltado para famílias e indivíduos, a fim de consolidar a função protetiva familiar, precaver o término de seus vínculos, promover o acesso e desfrute de direitos, assim contribuindo na melhoria de sua qualidade de vida. Desta forma este documento dispõe a respeito dos três níveis de Atenção Social Básica e a Atenção Social especial de média ou alta complexidade. Em concordância a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (2004) articula sobre o dever de garantia das consecutivas seguranças: Segurança de sobrevivência; de acolhida; de convívio ou vivência familiar.

De acordo com Di Giovanni (*apud* PNAS, 2004, p. 32), “entende-se por Proteção Social as formas institucionalizadas que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros”. Desta forma, este recurso leva em consideração as desigualdades existentes entre os territórios, tencionando o enfrentamento e conduzindo a garantia de direitos dos indivíduos, visando também prover serviços, programas, projetos e benefícios que alcancem a equidade e inclusão dos usuários tanto nas áreas urbanas, quanto rurais. Cabe ressaltar que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) não é um programa, mas uma forma de gestão da assistência social como política pública, que prevê ações contínuas e por tempo indeterminado (Sposati, 2006 *apud* Cordeiro e Curado, 2018).

Ele está organizado em dois níveis de proteção social: a básica e a especial. A proteção Social Básica (PSB) e de forma indireta nas entidades e organizações de assistência social da área de abrangência do CRAS, que mantêm convênio com o poder local, constituindo a rede socioassistencial. Desse modo, a proteção social básica, segundo Cordeiro (2018):

Tem como finalidade prevenir situações de vulnerabilidade e risco pessoal e social por violação de direitos, sendo que para isso busca desenvolver potencialidades e aquisições, bem como fortalecer vínculos familiares e comunitários. Seus serviços são executados de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)... (p. 2).

A Proteção Social Especial (PSE), que por sua vez, é destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos (tais como

abandono, maus-tratos físicos e/ou psicológicos, uso de substâncias psicoativas, violência sexual e situação de rua). Suas ações são desenvolvidas pelos Centros de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS) e pelos serviços a eles referenciados (Ministério do Desenvolvimento, 2011).

Em se tratando da atenção social especial de média complexidade, o atendimento é voltado à situações de risco pessoal e social, os quais envolvem violação de direito, mas que preservam os vínculos familiares e comunitários, realizados nos Centros de Referência Especializado em Assistência Social — CREAS. Na proteção social especial de alta complexidade, os serviços visam atender situações que exigem proteção integral, visto que houve a ruptura de vínculos familiares e/ou comunitários, encontram-se diferentes unidades, como albergues, repúblicas, casas de passagem e casas lar (Miron e Guareschi, 2017).

A atuação do psicólogo na assistência social começou a emergir, segundo, Miron e Guareschi (2017),

".. que o Compromisso Social da Profissão começa a circular de forma mais ampla entre as (os) psicólogas (os), na medida em que a discussão das políticas públicas assume destaque – o Sistema Conselhos passa a se comprometer com a ampliação do mercado de trabalho para a(o) psicóloga(o), dentro da perspectiva de atender às demandas da sociedade...". p.355

Logo após o Congresso de Psicologia Nacional III, as edições posteriores destacaram a importância da construção social da psicologia, visando as diretrizes das políticas públicas e dos direitos humanos. É preciso contextualizar que no ano de 2003, foi criado um projeto chamado Banco Social de Serviços em Psicologia, na qual ficou em desenvolvimento até 2005, pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e alguns conselhos regionais. O objetivo dele foi de oferecer aos órgãos públicos cerca de seis projetos de políticas públicas, saúde mental e desinstitucionalização psiquiátrica, segurança pública e políticas de reinserção social de encarcerados, atenção a crianças e adolescentes em situação de risco social, dentre outros, relacionados a política de Assistência Social. Onde foi criado um marco em 2006, da implementação do NOB-RH/SUAS, em que garantiu o espaço para psicólogos trabalharem neste âmbito social, conforme Miron e Guareschi (2017). Após este congresso, como citado acima, o compromisso social da psicologia passa a ser ético-política, e também passa a ser defendido pelo Sistema de Conselhos, onde coloca a prática de um psicólogo voltada à transformação social, a conquista dos direitos de cidadania entre outros, Miron e Guareschi (2017).

A atuação de Psicólogos com mulheres na proteção básica se refere a promoção e prevenção, ao qual se dá por meio de uma perspectiva multiprofissional no CRAS, onde o profissional maneja a colaboração entre as usuárias, funcionários e gestores, além de também ser o mediador em grupos de encontros com as mulheres, nesta perspectiva, cria-se um lugar de fala e suporte (Araújo, 2023). No contexto de proteção especial se fala em atenção à violação de direitos na média e alta complexidade, ao qual os CREAS e as unidades de acolhimentos se fazem presentes e necessários, neste sentido, segundo a Rede de Enfrentamento a Violência contra as Mulheres (2015):

Nos CREAS deve ser ofertado o atendimento especializado e realizados os encaminhamentos para a rede de serviços locais. Importante enfatizar a necessidade do acompanhamento e do monitoramento dos casos encaminhados. É preciso mencionar que os CREAS podem ter abrangência municipal ou regional (localizado em um município sede, disponibilizando atendimento para municípios circunvizinhos vinculados) (p.29).

Entretanto, como fala de Andrade (2017), na rede, o profissional da área da psicologia oferece um auxílio humanizado e usa de meios como suporte psicossocial e acolhimentos, atividades informativas, encaminhamentos e articulação com a rede pública, além de desenvolver palestras e rodas de conversa. Neste sentido, outro ponto comum entre o CRAS e o CREAS é a atuação do Psicólogo com mulheres que se dá por meio da técnica de atividades de grupo, isso porque, citando Duarte (2011), pode-se afirmar que:

Ao longo da dinâmica grupal, as participantes do grupo vivenciam um processo transformador e instituinte de novos modos de ser e de estar no mundo. As explicações individualistas cedem lugar a um cenário de questionamentos e reflexões compartilhados, num espaço onde as diferenças não são vistas como algo a ser excluído ou negado. Ao contrário, é um trabalho de acolhimento à diferença que é produzida na processualidade. Uma diferença que não se deixa capturar por explicações lineares de causa-efeito, ou por leis psicologizantes que normalizam comportamentos, através da imposição do que é “normal” e/ou “aceitável” em determinado contexto, para uma dada sociedade (p.115).

Os alunos do curso de Psicologia do Centro Universitário de Belo Horizonte - UNIBH fizeram sua tese (2017) baseado na atuação do psicólogo na equipe multiprofissional no CRAS e no CREAS, onde entrevistaram as psicólogas Nádila Walter da Silva profissional do CREAS, da cidade de Mariana e Letícia Branquinho Dorigan profissional do CREAS, da cidade de Santos em São Paulo, por questionário via e-mail. Também entrevistaram pessoalmente o psicólogo Eustáquio Aparecido da Silva, funcionário do CRAS em Belo Horizonte. Segundo Dorigan et al. (2017, p.20)

(...)acompanhamento de um determinado número de famílias. O acompanhamento consiste em atendimentos individualizados, atendimentos a família, facilitação de grupos, visitas domiciliares, encaminhamentos, acompanhamento das pessoas atendidas nos serviços para onde foram encaminhadas, reuniões em equipe, reuniões

com a rede intersetorial, participação em audiências da Vara da Infância, registro das ações em prontuário e elaboração de relatórios.” (Dorigan Letícia, 2017)

Os usuários do CRAS podem ser atendidos por demanda espontânea ou por encaminhamento de outros serviços públicos. Cada CRAS tem metas de atendimento a um determinado número de famílias por ano, de acordo com o território de atuação (Silva, 2015; Eustáquio, 2017).

Silva, Nádila (2017) ressalta que os procedimentos adotados nos casos de violência doméstica contra as mulheres são padronizados. Os psicólogos seguem um protocolo específico, e toda a equipe do CRAS e CREAS é treinada para receber, acolher e orientar as mulheres em situação de violência. A interação entre os profissionais visa o diálogo, a avaliação conjunta e a discussão de casos, sendo todos co-responsáveis pelos encaminhamentos e direcionamentos.

## **Metodologia**

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa, de cunho exploratório-descritivo, que foi realizada no período de Março de 2023 a Novembro de 2023, e consistiu na pesquisa de literatura científica. Como instrumento de análise de dados se utilizou da revisão bibliográfica em 2 bases de dados, sendo Scielo e PEPSIC para a produção do artigo, se embasando nos artigos encontrados para a fundamentação teórica deste. Utilizou-se como aporte teórico a Análise de dados de Bardin (1979), que se refere a “um conjunto de técnicas, indicando que há várias maneiras para analisar conteúdos de materiais de pesquisa”, onde é abordado a Análise de Conteúdo Temática, que em concordância com Minayo (2007, p.105) é “a adaptação da técnica original, que vai além dos conteúdos manifestos, aportando um referencial interpretativo”, ao qual foi feito uma pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados/Inferência/Interpretação.

Pretendeu-se buscar conhecimentos teóricos acerca do processo de estigmatização e de sofrimento psíquico das mulheres e aprofundar a discussão sobre a participação do profissional da psicologia no processo de acolhimento das demandas das mulheres e de seus filhos, portanto, a metodologia proposta para este projeto é uma pesquisa qualitativa, segundo Richardson (2012) esse tipo de estudo pretende descrever a incompreensibilidade de um determinado problema, buscando compreender os processos vividos por grupos sociais e seus aspectos psicológicos.

## **Análise de Dados e Resultados**

Operamos a primeira pesquisa na base SCIELO, na primeira busca utilizamos três descritores: Mulheres, Assistência Social e Violência Conjugal em conjunto ao operador booleano AND, chegamos ao resultado de Assistência Social AND Mulheres: 243, Mulheres AND Violência Conjugal: 68 e Violência Conjugal AND Assistência Social: 3. Em seguida, na segunda busca usamos os descritores junto com os critérios de inclusão e exclusão, sendo eles textos repetidos, com período de publicação de 2011 a 2022 no Brasil, selecionando os que estavam nos idiomas português e inglês, e abordando o envolvimento da psicologia com discussões sobre violência contra as mulheres no âmbito da assistência social.

Delimitou-se então que não seriam usados para este projeto os textos anteriores a 2011, assim como os que estivessem em outro idioma que não fosse português e inglês e também em que o conteúdo não houvesse o envolvimento da psicologia, dando em resultado os seguintes valores 169, 42 e 2 conforme a ordem citada no parágrafo acima.

Na terceira fase da busca, foram realizadas as pesquisas com os descritores, os critérios de inclusão e exclusão, a partir de uma leitura exploratória, na qual consiste na leitura do título, resumo, sumário e descritores, chegando a 8, 14 e 1. E em nossa quarta e última busca adicionamos a leitura total do artigo onde encontramos um total de 11 artigos selecionados, sendo um deles repetido nas três buscas e excluído pela recorrência.

Para a segunda pesquisa, utilizamos a plataforma PePSIC com os mesmos descritores, operador booleano e seguindo os critérios de inclusão e exclusão supracitados, os resultados encontrados foram: Assistência Social AND Mulheres: 3, Mulheres AND Violência Conjugal: 16 e Violência Conjugal AND Assistência Social: 0. Com os critérios de inclusão e exclusão aplicados os resultados obtidos foram de 3, 12 e 0, conforme a ordem já exposta. Na terceira fase, assim como na base de dados SCIELO, foi feita a leitura exploratória tendo obtido os seguintes resultados: 1,5 e 0. Na quarta e última busca, analisou-se minuciosamente cada artigo até então escolhidos, logo, selecionou-se por final o total de 6 artigos. Em conjunto, a pesquisa feita nas bases de dados SCIELO e PePSIC, foram selecionados 17 artigos.

### **Quadro 1: Artigos publicados pela plataforma SCIELO**

<b>SCIELO</b>
---------------

<b>Descritores</b>	<b>1° Busca só com os descritores</b>	<b>2° Busca usando os critérios de inclusão e exclusão</b>	<b>3° Busca leitura exploratória (título, resumo, sumário, descritores)</b>	<b>4° Busca (leitura do artigo inteiro)</b>
Assistência Social AND Mulheres	243	169	8	4
Mulheres AND Violência conjugal	68	42	14	6
Violência conjugal AND Assistência Social	3	2	1	1
Total de artigos selecionados		11		

Fonte: elaboração própria, 2023

**Quadro 2:** Artigos publicados pela plataforma PePSIC

<b>PEPSIC</b>				
<b>Descritores</b>	<b>1° Busca só com os descritores</b>	<b>2° Busca usando os critérios de inclusão e exclusão</b>	<b>3° Busca leitura exploratória (título, resumo, sumário, descritores)</b>	<b>4° Busca (leitura do artigo inteiro)</b>
Assistência Social AND Mulheres	3	3	1	1
Mulheres AND Violência conjugal	16	12	5	5
Violência conjugal AND Assistência Social	0	0	0	0

Total de artigos selecionados	6
-------------------------------	---

Fonte: elaboração própria, 2023

**Quadro 3:** Artigos publicados pela plataforma SCIELO e PePSIC nos anos de 2011 a 2023

Artigo número	Nome do artigo	Autores	Revista	Área do Artigo	Plataforma retirada
1	Mulher em situação de violência: limites da assistência	Silva, Ethel; Padoin, Stela; Vianna, Lucila. (2013)	Ciência & Saúde Coletiva	Temas Livres	SCIELO
2	Mulheres vivenciando a intergeracionalidade da violência conjugal	Paixão, Gilvânia et al. (2015)	Rev. Latino-Am.	Enfermagem	SCIELO
3	Cuidado as mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na estratégia da saúde da família	Gomes, Nadirlene et al. (2014)	Psicologia USP I www.scielo.br/pusp	Psicologia	SCIELO
4	Condições que interferem no cuidado às mulheres em situação de violência conjugal	Carneiro, Jordana et al. (2021)	Escola Anna Nery	Pesquisa	SCIELO
5	Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017	Mascarenhas, Márcio Dênis Medeiros et al. (2020)	REV BRAS EPIDEMIOLOGIA	Artigos Originais	SCIELO
6	Impacto da violência no sistema familiar	Santos, Ana;	PSICOLOGIA:	Artigos	SCIELO

	de mulheres vítimas de agressão	Moré, Carmen. (2011)	CIÊNCIA E PROFISSÃO		
7	Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde	Vieira, Elisabeth; Perdona, Gleice; Santos, Manoel. (2011)	Rev Saúde Pública	Artigos Originais	SCIELO
8	Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres	Paixão, Gilvânia Patrícia do Nascimento et al. (2014)	Texto Contexto Enferm	Ciências Da Saúde	SCIELO
9	Repercussão da exposição à violência por parceiro íntimo no comportamento dos filhos	DURAND, Julia Garcia et al. (2011)	Rev Saúde Pública	Ciências da saúde	SCIELO
10	Atenção primária à saúde e os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência: expectativas e desencontros na voz dos profissionais'	AGUIAR, Janaina Marques de et al. (2023)	Saúde Soc. São Paulo	Ciências Da Saúde, Ciências Humanas	SCIELO
11	Permanência de mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal	Gomes, Nadirlene Pereira et al. (2022)	Cogitare Enferm.	Ciências Da Saúde	SCIELO
12	"Escrevivências" como ferramenta metodológica na	Soares, Lissandra Vieira, Machado,	Psicologia Política.	Psicologia política	PePSIC

	produção de conhecimento em psicologia social	Paula Sandrine. (2017)			
13	De geração em geração: a violência conjugal e as experiências na família de origem	Colossi, Patrícia; Marasca, Aline; Falcke, Denise. (2015)	Psico, Porto Alegre	Artigos	PePSIC
14	Transgeracionalidade e violência: um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas	Brum, Rayssa Reck, Rodrigues, Tatiane Pinto, Santos, Andressa Nascimento dos. (2021)	Psicol. Pesqui.	Artigos	PePSIC
15	Atuação da psicologia no âmbito da violência conjugal em uma delegacia de atendimento à mulher	Macarini, Samira Mafioletti, Miranda, Karla Paris. (2018)	Pensando Famílias	Artigos	PePSIC
16	Acolhimento psicológico para mulheres vítimas de violência conjugal	Adames, Bruna; Bonfiglio, Simani Urnau; Becker, Ana Paula Sesti. (2018)	Pesquisase Práticas Psicossociais	Artigos	PePSIC
17	Violência conjugal: diferentes olhares epistemológicos e práticas psicoterapêuticas	Becker, Ana Paula Sesti, Tridapalli, Ana Paula Laura, Bolze, Simone Azeredo. (2021)	Pesquisas e Práticas Psicossociais	Pesquisas e Práticas Psicossociais	PePSIC

Fonte: elaboração própria, 2023

## Tratamento dos Resultados, Inferência e Interpretação

Após a seleção e leitura dos artigos, foi notado que eles haviam temas em comum, fez-se então os seguintes recortes: Transgeracionalidade, Fluxo de Rede, Preparação de Profissionais: Teoria e Humanização Perante as Mulheres, Recorte de Raça, Classe e Escolaridade e Manutenção do Ciclo da Violência.

**Quadro 4:** Recortes dos textos.

Bloco temático	Nº de artigos	Quantidade de artigos	Ano de publicação
Transgeracionalidade	2, 6, 7, 8, 9, 13, 14, 16, 17.	9	2015, 2011, 2011, 2014, 2011, 2015, 2021, 2018, 2021.
Fluxo de rede	1, 4, 10, 12, 14, 15.	6	2013, 2017, 2021, 2023, 2021, 2018.
Preparação de profissionais, teoria e humanização perante a mulher	1, 3, 4, 10, 11, 16.	6	2013, 2014, 2021, 2023, 2022, 2018.
Recorte de raça, classe e escolaridade	5, 7, 8, 9, 12, 13.	6	2020, 2011, 2014, 2011, 2017, 2015.
Manutenção do ciclo da violência	1, 6, 8, 9, 11, 14, 16.	7	2013, 2021, 2014, 2011, 2022, 2021, 2018.

Fonte: elaboração própria, 2023

### Transgeracionalidade

Os autores Durand et al (2011), Colossi, Marasca e Falcke (2015), Adames et al (2018), expõem por meio de estudos nas cidades de São Paulo, Zona da Mata de Pernambuco, Porto Alegre e região do sul do Brasil, a transgeracionalidade de mulheres em situação de violência conjugal e como isso afeta a família e filhos, se existem fatores determinantes para uma influência de um ciclo de violência que perpassa entre gerações e gêneros. Colossi, Marasca e Falcke (2015) apontam que existe uma diferença estatisticamente significativa na comparação entre sexos em relação a coerção sexual menor, onde os homens a cometem (34,65%) mais do que as mulheres (11,11%), e agressão psicológica grave apontando que mulheres a cometem (25,94%) mais do que os homens (16,11%). Observou-se um número

elevado de correlações entre as experiências na família de origem e a violência conjugal, especialmente considerando as dimensões de abuso físico (materno e paterno), abuso sexual, ajustamento psicológico (paterno e materno) e alienação parental.

Segundo Brum et al.(2021) na Transgeracionalidade encontra-se o termo Violência Interparental, também considerada uma forma indireta de violência para com os filhos, é quando a criança ou adolescente presencia a violência entre os pais e reproduz na idade adulta, seja em seus relacionamentos amorosos ou com os próprios filhos. Para Becker, Tridapalli e Bolze (2021) essas crianças podem vir a apresentar resultâncias psicológicas e sociais similares às daquele que foi agredido e “pode se constituir como um potencial fator de risco para a repetição da violência” (Becker, 2021).

Em concordância com os autores citados acima, Paixão et al. (2015) e Santos e Moré (2011) discutem sobre os indivíduos que durante a infância e adolescência presenciaram a violência de uma figura masculina para com a mãe, experienciaram as repercussões dessa agressão, visto que há uma internalização, ao qual gera no sujeito um processo de identificação com tal comportamento, sendo aprendido e naturalizado não apenas pelos meninos que se tornam homens agressivos, mas também pelas meninas que ao adentrarem em um relacionamento, não se percebem no mesmo lugar que a mãe, e as motivações para a perpetuação deste relacionamento se faz por conta dos valores que se desenvolvem socialmente, em especial no lar, e acabam por influenciar na compreensão desta violência, dificultando com que as mulheres nesta situação se veja em uma convivência hostil.

Durand et al. (2011) também apontam que o Violência por Parceiro Íntimo (VPI) está ativamente associada aos problemas de comportamento dos filhos e ela se torna mais crescente à medida da gravidade da violência. As mulheres terem sido alvo de VPI grave é condição diretamente associada à ocorrência de três ou mais problemas de comportamento entre seus filhos, independente do seu estado mental e escolaridade.

Sobre a violência contra a mãe das mulheres, abordada por Durant, uma pesquisa feita por Adames, Bonfiglio e Becker (2018) com 14 mulheres encaminhadas ao acolhimento psicológico após registrarem o boletim de ocorrência em uma Delegacia Especializada no sul do Brasil, onde um dos resultados do estudo foi a repetição do modelo parental, a qual a violência se faz presente, relata-se que essas mulheres vivenciaram em sua infância um relacionamento onde os pais apresentavam comportamento violento, agredindo elas, os irmãos e a mãe, as autoras destacam o padrão que permeia as gerações, na qual mulheres em

situação de violência conjugal relatam terem presenciado a agressão em suas mães durante a infância.

Vieira, Perdoná e Santos (2011) apresentam um estudo realizado em Ribeirão Preto, onde apontam que ter visto a mãe sofrer violência mostrou associação com VPI, cerca de 33,4% das entrevistadas testemunhou a mãe ser agredida, onde a chance de sofrer violência física aumentou em 92% para as mulheres cujas mães foram agredidas e a chance de VPI aumentar em 96% se o parceiro teve a mãe agredida.

## **Fluxo de Rede**

Devido a alta complexidade que se encontra ao enfrentamento da Violência contra as mulheres, percebeu-se a necessidade de se estabelecer uma rede com este objetivo, portanto em 2011 foi instituída esta Rede de Enfrentamento da Violência Contra Mulher com intuito de garantir que estas mulheres teriam seus direitos humanos respeitados, que os agressores seriam responsabilizados e que houvesse a promoção de uma assistência apta para o atendimento dessas mulheres, sendo composta por serviços especializados e não especializados, que se desenrolam a partir de ações que têm em vista a identificação e encaminhamento apropriado para cada caso (Carneiro et al., 2021).

No entanto, para a efetividade desta rede, se tem como essencial o fluxo de atendimento intersetorial citado por Carneiro et al. (2021). Mas, eventualmente as redes de atenção não estão exercendo comunicação entre si, dificultando o processo de referência e contrarreferência e se desarticulando, como aponta Silva, Padoin e Vianna (2013) a falta de organização no encaminhamento pode gerar o não acompanhamento dessas mulheres em outros setores, sendo problemático haja vista que este fenômeno necessita de soluções plurais e protocolos assistenciais entre as instituições que formam a rede de atenção, a falta desta intersetorialidade também pode resultar na fragilização das mulheres enquanto procuram ajuda institucional, ocasionando um processo solitário e que em vezes sucede a desistência, em especial quando se trata do setor policial.

Segundo Brum et al. (2021, p.2 *apud* Cerqueira., 2019), em 2019 o Atlas da Violência noticiou que “apenas no ano de 2017, mais de 221 mil mulheres brasileiras buscaram delegacias de polícia para registrar episódios de agressão resultantes de violência doméstica.” Em concordância, Macarini e Miranda (2018) discorrem nas Delegacia Especializada no Atendimento a Mulheres (DEAMs), após o acolhimento e a orientação, as mulheres tem 3 opções para conduzir o caso:

1) Representar criminalmente contra o suspeito, ou seja, manifestar o desejo de abrir Inquérito Policial contra o mesmo; 2) Assinar um termo de desistência e aguardar um prazo decadencial de seis meses para representar criminalmente contra o suspeito; e 3) optar por realizar uma Mediação na presença do suspeito, a fim de buscar um acordo pacífico entre as partes (p. 174).

Entretanto, segundo as autoras, somente 20% das mulheres atendidas decidem representar criminalmente, a maioria das pessoas entrevistadas ressalta a falta de psicólogos e psiquiatras para absorver a demanda de acompanhamento dessas mulheres, Macarini e Miranda (2018) mostram em seu estudo que 70% das mulheres vítimas desistem momentaneamente do processo judicial e também dos serviços de saúde que têm pouco conhecimento sobre a diversidade dos serviços especializados ou de suas atuações detalhadas, os serviços menos conhecidos pelos profissionais de saúde são os de assistência jurídica, tanto no que se refere à sua existência quanto à clareza de suas distintas finalidades de atuação.

Aguiar et al. (2023) foi um estudo realizado em São Paulo, sobre rede intersetorial de atendimento a mulheres em situação de violência, e a profissionalização dos colaboradores presentes nos serviços. Sendo elas, Delegacias de Defesa da Mulher (DDM), Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo (DPESP) e o seu Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (NUDEM), a Promotoria Especializada de Violência Doméstica (GEVID) do Ministério Público do Estado de São Paulo e Centros de Defesa e Convivência da Mulher (CDCM). Comentam que os profissionais entrevistados manifestaram o receio de encaminhar as mulheres para a rede especializada, não só pela competência do outro serviço, mas também pelo risco de fragilizar o vínculo das mulheres com o serviço de saúde, diante de um encaminhamento mal sucedido.

Nas UBS (Unidade Básica de Saúde), os profissionais também trouxeram uma expectativa sobre o alcance – quer de proteção, quer de punição – do agressor, por parte dos serviços especializados, principalmente das delegacias. Destas, esperam o registro da denúncia, a vigilância do agressor, mediação de conflito e a garantia do cumprimento da medida protetiva, todavia essas expectativas muitas vezes são frustradas mediante a incompletude do serviço judiciário e as ações de agentes a partir do cunho individual, que se embasam em juízo de valor próprio, destacando o descaso com as mulheres neste atendimento com a polícia, e evidenciando a descrença desta nas delegacias, e conseqüentemente rompendo com a lógica de essencialidade de fluxos entre os setores de saúde e setores com especificidades que contribuem para a melhoria na qualidade de vida dos usuários (Silva, Padoin e Vianna, 2013).

## **Preparação de Profissionais, Teoria e Humanização Perante as Mulheres**

Adames, Bonfiglio e Beckeret (2018) destacam com o resultado de suas entrevistas a importância do acolhimento psicológico às mulheres em situação de VPI, onde as participantes revelaram estar se sentindo melhor, mais orientadas e tranquilas sobre os procedimentos para a representação criminal, enquanto Gomes et al. (2022) destacam na conclusão de sua pesquisa feita em duas Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, na cidade de Salvador, Bahia, onde percebe-se a necessidade da sensibilização e instrução dos profissionais da saúde sobre as situações que enlaçam essas mulheres em um cotidiano violento, tendo por consequência um atendimento mais acolhedor que aborde mais ações de prevenção, intervenção e enfrentamento do agravo para essas mulheres.

Nas palavras de Silva, Padoin e Vianna (2013) o decorrer das mulheres para distanciar-se da situação de violência é única e subjetiva a cada uma, embora o fluxo de rede bem organizado e definido é fundamental para que o profissional consiga auxiliar ela durante esta trajetória, não se fundamentando em concepções que provém de opinião própria ou de noção biológica, todavia este o profissional também precisa ser capacitado durante seu processo de formação, e ao adentrar no serviço de atenção renovar seus conhecimentos por meio de cursos, palestras e seminário.

Em seu discurso Paixão et al. (2015) destacam a necessidade de profissionais de saúde nas estratégias que visam o rompimento da violência intergeracional, dando foco aos profissionais que atuam diretamente na Estratégia Saúde na Família, porque a atenção básica tem como base não apenas a promoção em saúde mas a prevenção de agravos e doenças, contudo as práticas assistenciais ficam limitadas diante das demandas que não podem chegar ao fim resolutivo, e termina na reativização das mulheres, devido a conduta discriminatória dos colaboradores da delegacia, que agem com foco na queixa criminal e o que foge disto é tratado como algo de natureza privada, possibilitando a manutenção do ciclo de invisibilidade dessa violência.

## **Recorte de Raça, Classe e Escolaridade**

Historicamente falando, Soares e Machado (2019) mostram em seu artigo que na formação da cultura brasileira se fala muito de personagens folclóricos, ditados e aspectos ligados a arte que tem um viés de povos negros, entretanto, quando se trata da literatura e

personagens negros literários, se observa um esteriótipo que destoa de personagens brancos por exemplo, as mulheres negras, quando aparecem, possuem atributos negativos, como serem malvadas, interesseiras ou com uma sexualidade intimidadora.

No artigo supracitado os autores contam como vive uma mulher negra, acompanhada pelo CRAS, quando comparada com a vida seu irmão igualmente negro, entretanto, sendo homem. Soares e Machado (2019) revelam no relato que ela teve uma gravidez na adolescência, foi expulsa de casa pela mãe, casou e teve 2 filhos com outro homem que foi para a prisão, ela e seus filhos eram auxiliados pelo irmão mais velho e pela Política de Assistência Social. O irmão mais velho, conseguiu alcançar uma condição de vida melhor que a da irmã, pelo fato de acompanhar o pai no serviço desde pequeno, enquanto a irmã precisava ficar em casa para auxiliar nas tarefas domésticas e com os cuidados dos irmãos mais novos. É possível ver que apesar de terem sido criados no mesmo ambiente, por ela ter estas obrigações, não via sentido em dar continuidade a formação escolar, posteriormente influenciando em suas condições socioeconômicas, evidenciando a influência dos fatores de raça, classe e escolaridade no decorrer da vida das mulheres, diferente da construção na vida do homem.

Um dos resultados obtidos por Mascarenhas et al. (2020), em sua análise as notificações de violência por parceiro íntimo no viés nacional no Sinan, que abrangeu todos os serviços públicos e privados de saúde do Brasil nos anos de 2011 a 2017, é destacada a proeminência de casos onde as mulheres se identificam como pardas ou negras, têm baixa escolaridade, porém, os autores ressaltam que no que tange aos indicadores socioeconômicos, as taxas de desemprego e baixa renda são mais eminentes como preditores mais fortes que a escolaridade, é importante ressaltar que após esse destaque ser feito, não foi mencionado se o recorte de raça permanecia. Em concordância com esse destaque de Mascarenhas, Paixão et al. (2014) em sua pesquisa feita em um bairro da cidade de Salvador, destaca que em suas entrevistas, as mulheres em sua maioria eram jovens, negras, com baixa escolaridade, dependentes economicamente dos pais ou companheiro e convivendo com filhos em uma união estável com o companheiro.

Vieira, Perdoná e Santos (2011) como já citado acima, mostram que a chance de sofrer por um VPI aumentou em quase quatro vezes para mulheres separadas ou divorciadas e que quanto menor a escolaridade, maior a chance da violência, não ter casa própria apresentou-se também como risco. A chance de VPI aumentou em 96% para aquelas que se

denominaram ser chefe da família, em 5% para as que referiram que o chefe era o esposo e em 77,5% se outros (irmãos, avós, tios).

## **Manutenção do Ciclo da Violência**

Paixão et al. (2014) destacam que a violência conjugal tem um ciclo vicioso, em três diferentes etapas, trazendo consigo o período de conflitos, levando a tensão entre o casal e resultando na fase de violência e após isso a fase de reconciliação, ressaltam que:

É muito comum que esse ciclo se repita, cada vez com maior violência e menor intervalo entre as fases, desencadeando problemas para a saúde da mulher, de diversas dimensões e complexidade, que vai desde lesões físicas, como hematomas, até aquelas relacionadas aos aspectos psicoemocionais, tal como depressão e suicídios (p. 1042).

Como resultado de sua pesquisa, Ibid. (2014), trazem que algumas das situações que precipitam a VPI são os ciúmes, a relação de controle e dominação do homem para com as mulheres, a paternidade e a maternidade sem planejamento, a infidelidade do companheiro e o uso de álcool e drogas. Vieira, Perdoná e Santos (2011) observam que entre as respondentes, 16,5% declararam fazer uso de álcool frequentemente, 7,1% referiram uso uma vez por mês e 76,3% referiram uso ocasional; 7,2% referiram uso atual ou anterior de drogas. A chance de sofrer violência foi maior para usuários frequentes de álcool e/ou drogas. O uso de álcool pela entrevistada aumentou em duas vezes sua chance de sofrer VPI e o uso de substâncias, em pelo menos três vezes.

Em contrapartida, Gomes et al. (2022), trazem histórias que destacam o comprometimento psicoemocional das mulheres, o rebaixamento da autoestima e sintomas de comportamento depressivo, essas alterações na saúde psíquica colaboram para o desencadeamento de sentimentos ambíguos nutridos pelo parceiro, bem como a aceitação de um cotidiano violento, vulnerabilizando-as ainda mais para a continuidade na conjugalidade abusiva. Porém, essas mulheres, ainda que fragilizadas emocionalmente, concluem por diversos momentos pôr fim na relação, que acaba por ser retomada pouco tempo após, os cada vez mais originais, pedidos de desculpas proferidos pelo parceiro. Esse comportamento feminino seria alicerçado no valor do casamento e da família, o que predispõe as mulheres à manutenção na violência conjugal, que se intensifica ao longo do relacionamento.

Brum et al. (2021) e Costa et al. (2016), falam que o ciúme quando atrelado à violência é aceito culturalmente o que torna essa violência natural perante a este contexto sociedade, argumento este que dialoga também com o discurso obtido por Paixão et al.

(2014), que revela o ciúmes como uma precipitação de um conflito no relacionamento, vindo do homem e das mulheres. Além do comprometimento psicoemocional dessas mulheres, os autores trazem também fatores que colaboram para a manutenção da violência e a permanência dessas mulheres em um relacionamento violento, são citados o não reconhecimento em vivência de violência no início da relação, a crença de que podem controlar os episódios de violência e a confiança na promessa de mudança do parceiro. Neste sentido, os autores Becker et al. (2021) conceituam que o que acontece pode ser chamado de Terrorismo Íntimo, ao qual para controlar e dominar, o agressor utiliza a violência como tática e base.

## **Discussão dos Dados**

Com esta pesquisa observou-se a ausência de produções sobre violência conjugal e assistência social, como mostrado no quadro 2, ao qual, quando pesquisados juntos obteve-se um resultado de nenhum artigo encontrado, com isso, é possível ver a falta de documentos que relacionam os dois temas e também a necessidade de produção da relação entre ambos, pois é um tema pertinente que precisamos discutir na nossa atualidade. Houveram desafios no encontro artigos que falem especificamente sobre a atuação do psicólogo no CRAS, CREAS e Alta complexidade mediante a mulheres em situação de violência conjugal, quando pesquisados juntos, grande parte do que foi encontrado, as unidades estavam interligadas, o que suscita uma grande indefinição em diferenciar ambas das redes e suas especificidades.

Além disso, foi visto que existem fatores pré - determinantes para a violência conjugal, sendo uma delas, a transgeracionalidade, onde segundo os autores, a violência interparental ao qual os filhos que a presenciaram em casa, acarretam graves danos, e muitas das vezes o ciclo de violência perpassa a vida da pessoa, sendo reproduzido em seus relacionamentos afetivos e conjugais. Em relação à manutenção do ciclo da violência, pode - se observar, diante do nosso estudo, que as mulheres persistem neste ciclo pelos fatores associados à auto estima, dependência financeira, baixa escolaridade e raça.

Percebeu-se que, no tópico de classe, escolaridade e raça, os artigos destacaram o desemprego e baixa renda como fatores preditores da violência, conforme citado nos resultados de Mascarenhas et al. (2020),

Nesse sentido, algumas hipóteses explicativas surgem para compreender como fatores níveis de renda e educação contribuem para a ocorrência deste tipo de violência. Um dos fatores de risco para vitimização feminina mais consistentemente

identificados nos estudos é a baixa escolaridade. No entanto, entre os indicadores de nível socioeconômico, o desemprego e a baixa renda parecem ser preditores mais robustos que a escolaridade (p.9).

Ainda neste recorte, nota-se que as produções selecionadas não se aprofundaram especificamente no estado de sofrimento psíquico que essas mulheres podem se encontrar, perante uma sociedade machista e racista, com um passado colonial e que vive em um mito da não-violência. Estes artigos de Adames, Bonfiglio e Becker (2018) e Mascarenhas et al. (2020), de maneira mais específica, abordaram recortes de entrevistas, citando brevemente estes dados e seguindo para os resultados, o que leva a indagação sobre como pode ser feito esse aprofundamento e também como pode ser a atuação dos psicólogos em meio a estes recortes, pois não houveram muitos resultados nesta pesquisa a respeito da preparação dos profissionais para o acolhimento.

Silva, Padoin e Vianna (2013), concordam que é verídico a inaptidão dos profissionais, e continuam discorrendo em sua pesquisa, que isso se dá devido ao caráter individual adotado pelas instituições ao prestar atendimento às usuárias visto que há um mínimo espaço de troca entre as organizações que compõem esta rede de atenção primária, e essas ações não permitem que o profissional se sinta seguro para atuar, gerando incerteza e dúvida no momento do atendimento. Os autores propõem que através de fóruns, e reuniões seria possível estabelecer diálogo contínuo, viabilizando o fluxo intersetorial almejado por muitos pesquisadores e responsáveis, também sugerem que as informações sobre funções desempenhadas devem ser divulgadas com maior amplitude para o alcance daquelas que assim o procuram.

Neste sentido, Carneiro et al. (2021) destacou a necessidade de uma rede de atenção que possua um fluxo intersetorial entre os serviços especializados e não especializados, incluindo os setores que se ocupam das DEAMs, e que estas compreendam a urgência deste contexto, de forma a não minimizarem as usuárias que foram alvo de violência por seus parceiros e estão em busca de amparo e assistência, com a incompatibilidade do que seria ideal e do que realmente se vivencia, o mesmo autor sugere que os profissionais estão despreparados e tem dificuldades em atender essas mulheres, trazendo em evidência as factuais disfuncionalidades na articulação entre os níveis de atenção.

É importante ressaltar que a pesquisa feita por Paixão et al. (2015) trás em um dos seus destaques a relação de controle e dominação do homem para com as mulheres, onde o

homem se coloca em uma posição de dono das mulheres, que lhe deve obediência e não pode nunca o questionar, dito isso, pode-se destacar o seguinte relato:

Eu acho que o pior é o machismo. Então, o homem acha que é dono da gente. Ele gosta mesmo é de mandar e às vezes quer mandar em mim. Ele quer me privar das coisas, é horrível. Ele quer que o mundo gire em torno dele. Se eu der testas [discordar] de alguma coisa que ele quer é uma confusão [...] (p.1104).

Este recorte chama a atenção acerca da discussão feita anteriormente sobre as questões de construção social de gênero feita sobre as mulheres, onde o sistema de dominação patriarcal e os ideais machistas, coloca as mulheres envolta de um papel de subordinação e dependência (Saffioti, 2015), destacando o quanto essa elaboração social normaliza a violência e silencia as mulheres.

No que tange o assunto de mulheres que não conseguem se desvincular do relacionamento com violência, Adames, Bonfiglio e Becker (2018, p.6 *apud* Balduino, Zandonai e Oliveira, 2017, p. 119) cita que:

a dependência emocional e financeira, valorização da família, preocupação com os filhos, idealização do amor e do casamento, vergonha de serem definidas como vítimas por toda vida, desamparo diante da necessidade de enfrentar a vida sozinha e ausência de apoio social, como alguns fatores que propiciam a permanência de mulheres em relações conjugais, nas quais a violência física e/ou psicológica se faz presente.

Percebe-se aqui que, mesmo nas entrelinhas das relações sociais destas mulheres, o estigma encontra-se presente, e mais que isso, o medo de ser categorizada como vítima de violência e de perder sua rede de apoio pode se enquadrar como um dos motivos para essas mulheres não recorrerem a denúncia de seus parceiros, pois a sociedade, a partir do momento que enquadra essas mulheres com um estigma, por definição, acredita que essa pessoa não é humana, fazendo variados tipos de discriminações, essas que, mesmo sem pensar no consequência, reduz as chances de vida, construindo uma teoria do estigma, que em sua ideologia tenta explicar a inferioridade atribuída a esse indivíduo (Goffman, 1988).

## **Considerações Finais**

Este trabalho procurou analisar a atuação do psicólogo no contexto da assistência social perante o sofrimento das mulheres na prevenção, acolhimento e amparo de violência conjugal e como isso afeta as diferentes áreas de sua vida. Em resumo do que foi exposto nesta pesquisa, por meio da literatura, dentro do território brasileiro, observou-se que o estigma perante o sofrimento das mulheres vem desde o contexto colonial no Brasil, onde ainda vem sendo perpassado e é considerado uma marca de inferiorização das mulheres.

Além disso, pelos dados encontrados e supracitados, vemos como a classe, raça, escolaridade e gênero influenciam, ainda mais nas diferentes áreas da vida de uma mulher em situação de violência. Na qual, a transgeracionalidade tem interferência direta na vida do homem e da mulher, isso porque, tanto um, quanto o outro que tiveram contato com a violência durante a infância, de alguma forma irão repercutir, conseqüentemente fazendo a perpetuação do ciclo de violência em seu futuro.

Ademais, as mulheres em situação de violência conjugal tendem a não procurar uma rede básica de saúde, pela forma que sabem como vão ser tratadas e pela falta da humanização na rede. Nesse sentido, quando se fala de atuação do psicólogo na assistência social com mulheres na proteção básica e especial, existe uma falta de preparação dos mesmos, visto que além de não terem o conhecimento especializado sobre, os demais profissionais da saúde que também trabalham nessas unidades, não sabem acolher essas mulheres e nem para onde encaminhá-las.

Baseado em tudo o que foi dito no trabalho, foi visto que é de extrema importância a preparação do profissional da assistência, não só o psicólogo, visando o trabalho multi e interdisciplinar conforme a demanda, necessidade e subjetividade que cada mulher possui, dando ênfase aqui, para as mulheres em situação de violência conjugal. Pelo fato de não haver muitos artigos sobre a atuação do Psicólogo no contexto da assistência social, conclui-se que em partes, o trabalho não responde o que foi questionado inicialmente, já que a partir desta, vê-se a necessidade de haver mais produções que tenham como foco este tema, demonstrando uma abertura para ampliação das pesquisas. Entretanto, no que diz respeito à parte que foi sanada, conseguiu-se de fato ter um vislumbre de como a violência afeta nas demais áreas da vida das mulheres.

## Referências Bibliográficas

ABREU, Samia; MURTA, Sheila Giardini. A Pesquisa em Prevenção em Saúde Mental no Brasil: A perspectiva de especialistas. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 34, p. 1-11, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/n3DDsPGBQVyK8nGSv8yYyfd/>. Acesso em: 23 de setembro de 2023.

ADAMES, Bruna; BONFÍGLIO, Simoni Urnau; BECKER, Ana Paula Sesti. Acolhimento psicológico para mulheres vítimas de violência conjugal. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 13, n. 2, p. 1-12, 2018. Disponível em: [http://seer.ufsj.edu.br/revista\\_ppp/article/view/2980](http://seer.ufsj.edu.br/revista_ppp/article/view/2980). Acesso em: 10 de outubro de 2023.

AGUIAR, Janaina Marques de et al. Atenção primária à saúde e os serviços especializados de atendimento a mulheres em situação de violência: expectativas e desencontros na voz dos profissionais. **Saúde e Sociedade**, v. 32, p. 1-12, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/sausoc/2023.v32n1/e220266pt/pt/>. Acesso em: 14 de outubro de 2023.

ARAÚJO, Amanda S., MATOSO, Carolina da.. **Relação de poder e saúde mental das mulheres inseridas no cras: uma revisão integrativa**. Trabalho de Conclusão de curso Faculdade de Enfermagem de Nova Esperança, Mossoró, 2023.

BECKER, Ana Paula Sesti; TRIDAPALLI, Ana Paula Laura; BOLZE, Simone Azeredo. Violência conjugal: diferentes olhares epistemológicos e práticas psicoterapêuticas. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rei , v. 16, n. 3, p. 1-13, set. 2021 .Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082021000300003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082021000300003&lng=pt&nrm=iso)> . acessos em 25 out. 2023.

BANDEIRA, Lourdes Maria. Violência de gênero: a construção de um campo teórico e de investigação. Sociedade e Estado [online]. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v.29 p. 449-469, mai/ago. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/QDj3qKFJdHLjPXmvFZGsrLq/#>. Acesso em: 8 de setembro de 2023.

BARDIN, Laurence. (1979), **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Reimpressão 2014. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, 2014.

BRASIL. **Política Nacional da Assistência Social – PNAS/2004 e Norma Operacional Básica da Assistência Social – NOB/SUAS - Brasília**, DF: MDS, 2005. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL. SPM. **Rede de enfrentamento à violência contra as mulheres**. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>. Acesso em: 22 de setembro de 2023.

BRUM, Rayssa Reck et al . Transgeracionalidade e violência: um estudo com mulheres vítimas de relações conjugais violentas. **Psicol. pesq.**, Juiz de Fora , v. 15, n. 3, p. 1-28, dez. 2021 Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472021000300010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472021000300010&lng=pt&nrm=iso)> . acessos em 25 out. 2023. <http://dx.doi.org/10.34019/1982-1247.2021.v15.31206>.

CARNEIRO, J. B. et al. Condições que interferem no cuidado às mulheres em situação de violência conjugal, **Escola Anna Nery**, v. 25, p. e20210020, 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ean/a/mddcddNC37JqwwkYMqMP6mt/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em 2 de outubro de 2023.

CHAUI, Marilena. Ética e violência no Brasil. **Rev. Bioethikos**, p. 378-383, 2011.

CHAUI, M. Participando do debate sobre mulher e violência. **Perspectivas Antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar, v.4, p.25-62, 1985.

CORDEIRO, Mariana Prioli; CURADO, Jacy Corrêa. Psicologia na assistência social: um campo em formação. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, p. e169210, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/RVPdxYsDWFcWrZK8skKVfjc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 10 de setembro de 2023.

COLOSSI, Patrícia Manozzo; MARASCA, Aline Riboli; FALCKE, Denise. De geração em geração: A violência conjugal e as experiências na família de origem. **Psico**, v. 46, n. 4, p. 493-502, 2015. Disponível em:

<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/revistapsico/article/view/20979>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.

CRENSHAW, K.. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/#>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

DE ANDRADE, Bruno Messias Rodrigues et al. **A Atuação do Psicólogo em Equipes Multiprofissionais no CRAS e CREAS: Violência Doméstica Contra a Mulher**. CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BELO HORIZONTE - UNIBH. p.1-26. 2017.

DUARTE, K. R. Oficinas em dinâmica de grupo com mulheres vítimas de violência doméstica: contribuições metodológicas aos estudos sobre violência de gênero DOI 10.5216/o.v11i1.14239. OPSIS, Goiânia, v. 11, n. 1, p. 111–124, 2011. DOI:

10.5216/o.v11i1.14239.

Disponível

em:

<https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/14239>. Acesso em: 26 out. 2023.

DURAND, Julia Garcia et al. Repercussão da exposição à violência por parceiro íntimo no comportamento dos filhos. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, n. 2, p. 355-364, 2011.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rsp/a/PGxNC9t5mRNghQHdF9t3xCP/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 21 de setembro 2023.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, Editora LTC; 4. ed. 1988.

GOMES, N. P. et al. Cuidado às mulheres em situação de violência conjugal: importância do psicólogo na Estratégia de Saúde da Família. **Psicologia USP**, v. 25, p. 63-69, 2014.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pusp/a/j53JvdHqMh3Q6xB4CxCbsON/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 2 de outubro de 2023.

GOMES, N. P. et al.. Permanência de mulheres em relacionamentos violentos: desvelando o cotidiano conjugal. **Cogitare Enfermagem**, v. 27, p. e78904, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cenf/a/T7QLLxBtg7n4Lc6SnJYhsTP/?lang=pt#>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [S. l.], v. 1, n. 1, 2009. Disponível em:

<https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353>. Acesso em: 22 de setembro 2023.

LÓPEZ, Laura. '**Que América Latina se sincere**': Uma análise antropológica das políticas e poéticas do ativismo negro em face às ações afirmativas e às reparações no Cone Sul. 2009. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Tese (Doutorado, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MACARINI, Samira Mafioletti; MIRANDA, Karla Paris. Atuação da psicologia no âmbito da violência conjugal em uma delegacia de atendimento à mulher. **Pensando fam.**, Porto Alegre , v. 22, n. 1, p. 163-178, jun. 2018 . Disponível em

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-494X2018000100013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-494X2018000100013&lng=pt&nrm=iso)> . acessos em 25 out. 2023.

MACDOWELL SANTOS, C.; PASINATO IZUMINO, W. Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y el Caribe*, v. 16, n. 1, 1 jan. 2005. Disponível em:

<http://www3.tau.ac.il/ojs/index.php/eial/article/view/482>. Acesso em 21 de Outubro de 2023.

MASCARENHAS, M. D. M. et al.. Análise das notificações de violência por parceiro íntimo contra mulheres, Brasil, 2011-2017. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, v. 23, p. e200007.SUPL.1, 2020. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/vngYfCPbvZZD5nLtBtYxQ3p/#> . Acesso em: 8 de outubro de 2023.

MINAYO, Maria Cecília de S. Violência social sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de saúde pública**, v. 10, p. S7-S18, 1994. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/dgQ85GcNMfTCPByHzZTK6CM/?lang=pt#> . Acesso em: 8 de setembro.

MIRON, Alessandra Xavier; GUARESCHI, Neuza Maria de Fátima. Compromisso social da psicologia e sistema único de assistência social: Possíveis articulações. **Psicologia: Ciência e**

**Profissão**, v. 37, p. 349-362, 2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/wmXShMqZjWBqbM7djKwqXyQ/?lang=pt>. Acesso em: 26 de outubro de 2023.

MOREIRA, Virginia; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc; VENÂNCIO, Nadja. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia & Sociedade**, v. 23, p. 398-406, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/psoc/a/4xyhTgzY4CpZ8W5xmV78JJS/?lang=pt#ModalArticles>.

Acesso em: 8 de setembro de 2023.

Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). **Violência contra as mulheres**. OPAS, 2005.

PAIXÃO, G. P. N. et al. Mulheres vivenciando a intergeracionalidade da violência conjugal.

**Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 23, n. 5, p. 874-879, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rlae/a/d375TF8qJCLBKBVZFzjNyWF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso

em 2 de outubro de 2023.

PAIXÃO, G. P. DO N. et al.. Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: o discurso de mulheres. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 23, n. 4, p. 1041–1049, out. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tce/a/4QGmxR598j7yzqSVZYmshXP/?lang=pt#>.

Acesso em: 8 de outubro de 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Ontogênese e filogênese do gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres. **Série Estudos/Ciências**

**Sociais/FLASCO-Brasil**, p. 13-19, 2009. Disponível em: <http://www.flasco.org.br/>. Acesso

em: 8 de setembro de 2023.

SANTOS, Ana Cláudia Wendt dos.; MORÉ, Carmen Leontina Ojeda Ocampo. Impacto da violência no sistema familiar de mulheres vítimas de agressão. **Psicologia: Ciência e**

**profissão**, v. 31, p. 220-235, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pcp/a/64CCPxxgZb7wsrx9R3F5nSqr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em

2 de outubro de 2023.

SILVA, Ethel B. DA.; PADOIN, Stela M. DE M.; VIANNA, Lucila A. C. Mulher em situação de violência: limites da assistência. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 20, n. 1, p. 249–258, jan. 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/STQjrnBbZcpGwxqZKkptpgN/?format=html&lang=pt#>. Acesso

em 2 de outubro de 2023

SILVEIRA, R. DA S.; NARDI, H. C.; SPINDLER, G.. Articulações entre gênero e raça/cor em situações de violência de gênero. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, n. 2, p. 323–334, maio

2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/xtzwLkTLWPjLFyD8Qjz7Qxj/#>. Acesso em 8 de setembro de 2023

SOARES, Lissandra Vieira; MACHADO, Paula Sandrine. "Escrevivências" como ferramenta metodológica na produção de conhecimento em Psicologia Social. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 17, n. 39, p. 203-219, ago. 2017. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2017000200002&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 25 out. 2023.

VIEIRA, Elisabeth Meloni; PERDONA, Gleici da Silva Castro; SANTOS, Manoel Antonio dos. Fatores associados à violência física por parceiro íntimo em usuárias de serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**, v. 45, p. 730-737, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/5938GC5pywcKDy7X5K4GGgF/?lang=pt>. Acesso em: 15 de outubro de 2023.